



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**ATA NÚMERO CATORZE**-----

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e dezasseis reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, sob a presidência de Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Abílio Batista Maia Evaristo, 1.º Secretário e Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 2.ª Secretária. -----

Estiveram presentes os seguintes Deputados Municipais: -----

Artur Manuel Pires; Paulo José Gomes Monteiro Praça; Berta Augusta Teixeira Vilhena Carneiro de Carvalho; João Carlos Alves Valério; Joni Micael Bento Ledo; José Albino Prodêncio; Pedro Alexandre Moraes dos Santos; Hernani Joaquim Vilares Teixeira; Maria Isabel da Costa Nunes Cardoso Castro Oliveira; Catarina Maria Mendes de Albuquerque Rodrigues Pizarro de Castro. -----

A Deputada Carla Maria Silva Leite comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Pedro Nuno Esteves de Moraes Campilho que, também, informou da impossibilidade de comparecer. Indicou para sua substituição o elemento a seguir na lista – André Marcelino Garcia Ferreira que compareceu à sessão. O Deputado Frederico de Sousa Guedes e Silva comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Ânia Raquel Dionísio Teixeira, que compareceu à sessão. -----

Estiveram, também, presentes os seguintes Presidentes de Junta: -----

Maria Isabel Fernandes Videira Gomes; Manuel António Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo; Armindo António Olmo; José Carmino Videira Azevedo; José Luís Teixeira de Almeida; Bruno Augusto Pintinha Maia Evaristo; João Jorge Gouveia Garcia; André Alberto Silva Freixo; António João Barros Rodrigues; Alexandra Isabel Mesquita Araújo; Fernando Amílcar dos Santos Passeira. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Candoso - Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia - Maria Fernanda Trigo Neri Tabuada. -----

O Órgão Executivo esteve representado por: -----

Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF -----

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice – Presidente da CMVF -----

Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, Vereadora do PS -----

Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Fernando Filipe de Almeida, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência. -----

Constatada a existência de *quórum*, o Presidente da Assembleia declarou aberta a 13.ª Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

O Presidente da U. F. Assares e Lodões, Fernando Passeira, fez uma intervenção para demonstrar publicamente o desagrado e repúdio a uma situação que já é do conhecimento do Presidente da CMVF. Dia 7 de Janeiro de 2016, a Junta da União de Freguesias de Assares e Lodões enviou um ofício à CMVF, na pessoa do Sr. Presidente, e considera que a falta de respeito pela Freguesia se nota pela ausência de resposta por parte do Presidente da CMVF. Nesse ofício a JF anunciou assuntos e fez pedidos que se demonstram do maior interesse para a população que representa. Considera que os pedidos que faziam parte desse ofício nem sequer deviam nele constar, por fazerem parte de promessas eleitorais feitas pelo Presidente da CMVF. Questionou sobre o “Cabeço da Mina” e se esse será mesmo uma miragem. Essa miragem serviu de isco para atrair a verba de 300 mil euros, no âmbito da medida compensatória pela Barragem do Tua, e agora essa verba será gasta noutro lugar. Para si, isso é enganar as pessoas, pois estão expectantes por tal investimento. Foi o “Cabeço da Mina” que foi escolhido e deve ser lá que os investimentos devem ser feitos, o Museu da sua Freguesia não se chama “Berta Cabral”. Perguntou que verba irá ser dispensada para o “Centro Interpretativo e Museológico de Assares” e espera que não seja um Museu de “faz de conta”, pois começam a pensar que o bolo poderá estar envenenado. -----

Perguntou pela Escola, a que sempre prometeu aos caçadores que trazem muita gente às nossas terras, dão a conhecer os nossos produtos e o que de bom temos. Pediu ao Presidente da CMVF que, de uma vez por todas, tenha a hombridade de lhes entregar a Escola, de preferência arranjada tal como entregou as outras, mas caso ache que não são merecedores de tal, também a poderá entregar como está, que a JF arranja-a. ---- Por outro lado, gostaria que alguém lhe dissesse qual é a Lei que diz que em Lodões não pode existir um Ecoporto. -----

Referiu-se, ainda, à segunda entrada para Assares, que liga à Estrada Nacional, promessa eleitoral há três mandatos consecutivos. Perguntou como a irão fazer, se será com a areia que voa das carrinhas da CMVF que passam vezes sem conta a caminho de Santa Coma da Vilariga. -----

Recordou a reunião que o Presidente da CMVF teve com o Executivo da Junta, após as eleições, para se inteirar das suas necessidades. A essa reunião já se somam outras e os problemas e necessidades continuam os mesmos. Perguntou quantas mais reuniões serão necessárias para que os problemas se resolvam e para que sejam construídas obras tal como acontece em outras Freguesias, algumas onde até já se constroem variantes. Disse não terem inveja de ninguém e que querem que todas as aldeias do Concelho cresçam, pois só assim crescerá o Concelho, mas não podem ficar sentados e calados quando veem que a outros dá tanto e à União de Freguesias e Assares nada. Pediu para que, uma vez que não lhes dá nada, também não lhes dê problemas que não pretende solucionar, nomeadamente os casos da D. Maria do Carmo Aragão e do Sr. Vítor Sousa. -----

Deixou uma mensagem, para terminar, aproveitando a comparação que é feita entre o Concelho de Vila Flor e uma floresta e estranha que, por vezes, discriminem determinadas árvores. As suas, estão muito bem guardadas pela população, mas lamentam que o guarda-florestal as queira derrubar. -----

O Presidente da AMVF, referiu que a intervenção que o Sr. Fernando Passeira fez, é uma intervenção de Presidente de Junta, é uma intervenção política que deveria caber no “Período Antes da Ordem do Dia”, uma vez que o período que está a decorrer se destina a Municípes que tenham assuntos privados e que os queiram colocar. -----

A Deputada Catarina Pizarro de Castro, enquanto Múncipe, colocou uma questão que já colocou ao Presidente da JF de Vila Flor por escrito. Disse terem uma propriedade que se chama “Quinta Nova do Carrascal” que no seu meio funciona como caminho público. Na última AM em que esteve presente havia pedido, sob o ponto de vista particular, para que a situação fosse resolvida, isto é, existe um caminho particular que é usado pelos Municípes há longa data, situação que tem compreendido mas que está a tornar-se intolerável, pois na verdade, qualquer dia, por usucapião passa a ser aquilo que não é. Quis deixar bem claro, na AM, um problema pessoal de uma terra que lhes pertence, de um caminho que não é público, mas privado ao qual tem deixado toda a gente passar mas que vai vedar. Caso o Presidente da CMVF e o Presidente da JF a partir dos próximos dias não tomem medidas vão ter problemas com os concidadãos de Vila Flor, por não poderem passar nesse terreno. -----

O Deputado Paulo Praça (PS), em nome da sua Bancada, pediu para que se cumprisse o Regimento da AM, pois está-se na segunda intervenção sem adequação ao ponto da ordem de trabalhos. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), enquanto representante da sua Bancada, sobre a intervenção da sua Colega Catarina, disse que haviam concordado que esse seria o melhor momento para o fazer, pois é um assunto pessoal e familiar que nada a tem a ver com as funções que exerce como Deputada Municipal. -----

Quanto à outra intervenção, não sabe se terá sido feita no momento mais indicado, mas não lhe cabe a si pronunciar-se sobre tal. -----

O Presidente da AMVF, perguntou ao PJ da União de Freguesias Vila Flor e Nabo, uma vez que havia sido citado, se tinha alguma coia a dizer sobre o assunto. -----

O PJ da U.F. Vila Flor e Nabo, José de Almeida, disse tratar-se de um assunto realmente muito antigo. Ainda a Deputada Catarina não conhecia Vila Flor e aquele problema já existia. Explicou que está na Junta desde 1989 e já existia, anteriormente, esse problema, o que não quer dizer que não possa ser resolvido. Ainda há pouco tempo teve uma reunião com os atuais proprietários da “Quinta do Ataíde” que se comprometeram a ajudar a resolver aquele problema, só que o tempo deste inverno ainda não deu possibilidades a que o mesmo fosse resolvido. Informou que está agendada uma visita ao local entre ele próprio, com o Presidente da CMVF e os Técnicos da CMVF para se tentar encontrar uma solução. -----

O Presidente da CMVF, começou por dizer que o Concelho de Vila Flor precisa de todos, precisa de compreensão e de muita calma. Disse estar espantado pelo facto de assuntos que têm cariz institucional serem tratados de forma particular e disse não concordar com tal abordagem. No entanto, com tempo conseguirá responder a todos. Referindo-se à intervenção da Deputada Catarina de Castro, disse que a Deputada havia falado particularmente consigo, à saída da AM de Novembro, sobre o assunto casualmente. Explicou que já havia falado várias vezes sobre o problema com o PJ da União de Freguesias Vila Flor e Nabo e que já foram tomadas, por ambos, várias diligências no sentido de o solucionar. Contudo, desde novembro até à presente data a chuva não tem parado e não há hipótese de resolver questões de terrenos com essas condições. Considera que a Deputada colocou a questão num patamar correto, é um

assunto privado, sobre o qual irá tomar a decisão de fechar o caminho. Da sua parte, disse não poder solucionar um problema tão antigo e dar-lhe a urgência de resolução que a Deputada decidiu. Enquanto Presidente da Câmara, para resolver os assuntos, precisa de se socorrer das pessoas que são intervenientes e na verdade, sem querer estar a fazer uma crítica, não tem visto a Deputada muito por Vila Flor. Quis deixar claro que se irá empenhar junto de todos os intervenientes para resolver o problema, mas sendo uma questão tão antiga não poderá ser resolvida com a rapidez que a Deputada pretende e com o tom de ameaça que coloca na questão. -----

Em relação à intervenção do Senhor Fernando Passeira, explicou ter recebido uma carta da União de Freguesia de Assares e Lodões, à qual não respondeu porque não pode aceitar que uma carta seja escrita para si e divulgada da forma que foi, em várias localidades e junto de várias pessoas. A carta foi escrita como sendo uma arma de arremesso contra o Presidente da CMVF e porque já calculava que o assunto pudesse vir à AM, resolveu esperar e responder neste Órgão para que todos fiquem a saber o que se passa. Assim, respondeu a alguns pontos que nela são focados. Começou por referir-se à pavimentação do acesso entre Assares e a Estrada Nacional 102. O Presidente da JF sabe, ou pelo menos se não sabe deveria saber, pois a referida obra foi aprovada na última AM, está prevista em Orçamento e está-lhe destinada a verba de 40 mil euros. Essa verba, está prevista para essa obra e para a pavimentação de cerca de um metro, junto a umas casas na saída de Lodões para Roios. Antes de as colocar em Orçamento teve uma reunião com o PJ, com a Secretária e a Tesoureira da JF. Existem duas obras previstas para a Freguesia: a pavimentação dos acessos que mencionou e o “Núcleo Museológico do Cabeço da Mina”. Explicou que esta última está prevista em Orçamento com 15 mil euros e que tal verba não dá para nada, apenas serve para sinalizar a rubrica. Na reunião que referiu, disse ter tido o cuidado de explicar essa questão e que o dinheiro não era da CMVF, mas da Direção Regional da Cultura do Norte como medida de compensação pela construção da Barragem. Voltou a explicar que a Direção Regional da Cultura do Norte sinalizou, em Vila Flor, o “Cabeço da Mina” com duas componentes: o Núcleo e a própria zona de escavação. Vila Flor, como medida de compensação, tem 300 mil euros e a anterior Diretora da Direção Regional da Cultura do Norte estabeleceu com a EDP um calendário para a entrega desse dinheiro, tendo sido estabelecida a entrega da maioria do dinheiro para 2015. No referido ano não foi possível, pela Direção Regional da Cultura do Norte, gastar o dinheiro e em meados de outubro e novembro, numa reunião com o novo Diretor da Direção Regional da Cultura do Norte, decidiu-se que o melhor seria celebrar-se um Protocolo entre a CMVF e a Direção Regional da Cultura do Norte, caso contrário o dinheiro, no final do ano, iria ser devolvido ao Ministério das Finanças. Dessa forma, a verba de 200 mil euros ficaria nos cofres da CMVF para ser investida no “Cabeço da Mina”. O Diretor da Direção Regional da Cultura do Norte entendeu, e caso queiram está disposto a vir à AMVF explicar a questão, que o dinheiro deveria ficar à guarda da CMVF com o compromisso de que só será gasto com o acordo entre as duas Instituições. Explicou que o assunto do “Cabeço da Mina” nunca foi resolvido porque havia problemas com a família, nunca se conseguiu negociar sobre o espólio que foi encontrado no “Cabeço da Mina”, mesmo nas negociações e reuniões que existiram entre a família, a Direção Regional da Cultura do Norte e a CMVF. O seu objetivo sempre foi o de proteger a família e nunca os expor publicamente, mas agora que o assunto é trazido a público, vê-se na obrigação de explicar algumas situações. A

1
B

Direção Regional da Cultura do Norte estava disposta a comprar o espólio e a parcela que detinham e pediu uma proposta à família. Foi feita uma proposta de 450 mil euros e a avaliação que a Direção Regional da Cultura do Norte havia feito era de 40 mil euros, pelo espólio. Deixou claro que a Direção Regional da Cultura do Norte tem poderes, que nunca exerceu, inclusivamente para expropriar os achados que não são da família, esses apenas têm direito a uma parte. Referiu que o assunto não está esquecido por ninguém e que tem havido muita comunicação entre todos os intervenientes: família, Direção Regional da Cultura do Norte e a CMVF. A esse propósito, deu conhecimento à AM de um *email* que o Diretor da Direção Regional da Cultura do Norte recebeu de um dos familiares a respeito da reunião que tiveram e da forma como chegaram à proposta que apresentaram. Nesse *email* foram propostas duas hipóteses: 1.ª - a venda de, apenas as 19 telas, com um valor calculado de 150 mil euros; o terreno do “Cabeço da Mina” não será vendido e a exploração e posse das telas que vierem a aparecer ficarão sob a responsabilidade da família; 2.ª - a venda de, apenas as 19 telas, com um valor calculado de 150 mil euros; o terreno do “Cabeço da Mina” será vendido por 12.500 euros e as telas que vierem a ser encontradas serão pertença do Estado, com a condição de que o Museu terá o nome de “Simão José de Moraes”. O Diretor da Direção Regional da Cultura do Norte, na sua resposta, informou que havia sido feita uma contra proposta, por parte da Direção Regional da Cultura do Norte, no valor de 55 mil euros e sobre a qual ainda não houve qualquer comentário e que o projeto não poderia esperar mais tempo. -----

Explicou que quer resolver o problema, não o quer esquecer de forma alguma e a melhor forma que encontrou de o solucionar foi através da celebração do tal Protocolo. -----

A carta, para si, traz política e a política discute-se neste fórum. -----

Sobre a D. Maria Carmo Aragão, disse tratar-se de assunto muito antigo, que o Executivo do Dr. Pimentel herdou. É um assunto que tem a ver com um largo e com a entrada de água numa propriedade. O problema não é retirar a água da propriedade, mas trata-se de fazer um acesso e até ao momento não recebeu nenhuma carta da JF a pedir a sua construção. Já teve oportunidade de explicar à JF que se trata de fazer uma obra num privado e por tal precisa de argumentos muitos fortes e coesos que justifiquem a tal obra e até ao momento nada recebeu. -----

Sobre a Escola e os caçadores, referiu que a única conversa que teve foi com o Eng.º Paulo e com o Presidente da JF de Assares, onde lhes disse que se iria melhorar a Escola de Assares para que os caçadores a possam utilizar. Sempre lhe agradou a ideia da sede da Associação de Caçadores de Santa Comba da Vilariça ter sede em Assares. -

O Presidente da U.F. de Assares e Lodões, Fernando Passeira, disse que na reunião que teve com o Presidente da CMVF não foi informado de que a obra iria ser submetida a aprovação, em Orçamento, na anterior reunião da AM. -----

Sobre o Museu, disse que aos anos que está para ser feito e agora que o dinheiro já se encontra nos cofres da CMVF, talvez seja um pouco tarde para irem negociar. -----

Disse não ser verdade a existência de várias reuniões para esclarecer as questões que referiu, apenas tiveram uma reunião onde lhes disse que o dinheiro viria para Vila Flor, mas a CMVF não conseguiria comprar as pedras e que o dinheiro teria que ser gasto. -

A Deputada Catarina Pizarro de Castro, referiu que por razões relacionadas com os trabalhos agrícolas, é necessário fechar o caminho, questão reiteradamente falada. Para o problema antigo, mesmo sendo anterior ao seu casamento, tal como referiu o

PJ de Vila Flor, considerando pessoais dos quais não gosta, enquanto cidadã consciente e de boa-fé muito tem esperado para resolução do problema. Por outro lado, estava convencida de que dois anos após a tomada de posse deste Executivo já teria havido reuniões a respeito de um problema tão antigo e sobretudo considerava que a Junta de Freguesia, dado tratar-se de um problema tão antigo, já o teria tentado solucionar. Enquanto cidadã e proprietária, quer ver o seu problema resolvido e não faz ameaças. Considera que o Presidente da CMVF, para tudo o que fuja da sua boa intenção, acha que se há alguma divergência ou uma tomada de decisão, como é o caso, se trata de uma ameaça. Quis deixar claro que a consciência do bem-fazer e da boa vontade não está apenas com o Presidente da CMVF, mas com qualquer dos Deputados e/ou Municípios. Referiu que, não querendo ser mal interpretada, lhe parece ser de uma ousadia, no mínimo desagradável, o facto de se referir a vê-la, ou não em Vila Flor. Nunca fará qualquer tipo de considerandos pessoais a qualquer pessoa que esteja na AM, nomeadamente ao Presidente da CMVF. -----

O Presidente da CMVF, sobre o facto de o Sr. Fernando Passeira ter dito que não tinha conhecimento de que a obra iria ser colocada no Orçamento, acrescentou que quem faz o Orçamento é o Executivo da CMVF, bem como a gestão das verbas. Se não sabia da obra, foi porque não veio à AM em que o Orçamento foi aprovado e nem deve ter lido o documento, caso contrário teria conhecimento. Disse ter idade suficiente para não se sentir pressionado por cartas e que a obra faz parte do Orçamento por decisão do Executivo. Calculou que pudesse vir à AM com esse assunto e por tal achou que o melhor sítio para responder à carta seria na AM. -----

À Deputada Catarina de Castro esclareceu que, apesar de alguns impulsos e emoções próprias da oratória e de poderem dizer coisas que não se querem dizer, mas tem a certeza do que disse e não quis dizer mais do que aquilo que afirmou. As considerações que a Deputada fez, dizem respeito à sua interpretação e não são as palavras que ele próprio proferiu. Quando referiu que não a tem visto por Vila Flor, apenas quis dizer que quando a Deputada se apercebeu que o Executivo não estava a cumprir, poderia ter escrito uma carta, fazer um telefonema e dizer-lhe qualquer coisa da história do caminho. -----

O Presidente da AMVF, falou sobre os dois problemas privados apresentados e acrescentar que, sobre os mesmos, será necessário compreender que se tratam de problemas de gerações. São situações que se passaram antes do Eng.^a Barros, de si e do Sr. Ramalho. Eram outros tempos, havia promotores sociais que não se importavam com as terras e as doavam. O problema é que o tempo passou e essa gente teve filhos e netos e agora os tempos mudaram, as pessoas têm outras necessidades e têm o direito de chamar a si o que é seu. Quando um problema dessa natureza surge, às vezes passados 40/50 anos, será necessário avaliá-lo e compreendê-lo tendo em conta a sociedade de antigamente e a sociedade de hoje. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

DECLARAÇÕES POLÍTICAS -----

O Deputado Joni Ledo (BE), referiu-se à forma desorganizada como seguem os trabalhos da AM e como o Regimento é constantemente violado. É com agrado, no entanto, que repara que algumas sugestões que fez no seu primeiro mandato, nomeadamente acerca da realização das AM nas Freguesias, começa a ser defendida por outros Colegas Deputados. Disse gostar de ver a AM mais composta, tal como a vê,

mas não gostou da forma como alguns Senhores Deputados se comportaram na AM, sobretudo pelas conversas paralelas que existiram. -----

Neste período, pensou falar daquilo a que chama de “geração morangos”. Fala da sua geração, mas, também, de todas as outras em que não há interesse pela política, que não há interesse pelas questões em geral e que só criticam. Quanto mais a sociedade evolui, mais o desinteresse aumenta e é de opinião que tal facto deve preocupar todos. Considera que, hoje em dia, as pessoas se ofendem por tudo: por questões religiosas, políticas e até por se criticar a Floribela. A exemplo, falou do polémico cartaz que o Bloco de Esquerda havia lançado no dia anterior, muito criticado, mas que prefere não comentar pois já várias vezes focou a sua opinião sobre o tema do mesmo, as pessoas que lhe são próximas sabem a sua opinião e sentido religioso, ou falta dele. No entanto, entende melhor quando é em tom humorístico e admite que se vá mais além do que quando se trata da questão política. -----

Terminou dizendo que apesar de Portugal ser um estado laico é preciso notar que não é assim tão fácil aceitar algumas religiões, principalmente em meios mais pequenos. ---

O Deputado José Prodêncio (CDU), disse concordar com o Deputado Pedro Santos quando diz que o facto de alguém ser Membro da AM não lhe retira os seus direitos de cidadania. No entanto, se acontecer o que aconteceu na AM qualquer Grupo Parlamentar irá ter o triplo do tempo para intervir. Considera que o conceito subjacente a “período reservado ao público” é o dar voz aos cidadãos que a não têm de outra forma. Assim, a intervenção, em sua opinião, não deveria ter sido feita no período dedicado ao público, mas no “Período Antes da Ordem do Dia”, período reservado à AM. -----

Disse ter ouvido com atenção a resposta do Presidente da CMVF e não concorda com algumas das coisas que referiu, nomeadamente quando diz que não tem que dar satisfações a ninguém. Já o ditado diz que “toda a carta tem resposta” quanto mais a carta de um Presidente de Junta. Mesmo considerando incorreto se, de facto, a carta foi divulgada, é de opinião que deveria ter tido resposta, talvez uma de uma forma muito subtil. Considera que entre os diversos Órgãos: Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia deverão existir relações institucionais e não pessoais. - Perguntou ao Presidente da CMVF porque é que em dias como aquele, com muita chuva e vento, as crianças da Escola Primária e da Pré-Primária vão a pé, pela rua fora até ao sítio onde comem a refeição. Perguntou se a CM não teria um autocarro para fazer o transporte das crianças, durante o inverno, para almoçarem. -----

O Deputado Artur Pires (PSD/CDS), felicitou a Symington e a CMVF pela doação de uma ambulância aos Bombeiros de Vila Flor. -----

Subscreveu o que foi dito pelo Deputado José Prodêncio e considera que a resposta ao Presidente da JF de Assares era obrigatória, independentemente da carta ser pública ou não. As questões que lá eram colocadas eram muitas e diversificadas e por tal mereciam uma resposta por parte do Presidente da CMVF. Em tom de brincadeira disse que até o Pai Natal, que é uma pessoa tão ocupada, respondeu às 90 crianças da EB1, que lhe escreveram uma carta no Natal. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), dirigiu-se à Mesa da AM e referiu que a convocatória da AM chegou tarde, não tendo sido respeitados os dias para a sua convocação. Pediu para que nas próximas reuniões isso fosse tido em conta. -----

Quanto ao Regimento, disse que começa a ser um problema e não uma discórdia. Há cada vez mais versões sobre o mesmo e por tal, ao contrário de muitos que teimam

em violá-lo e contribuir para a discórdia, apenas se vai cingir a ele e irá fazer uma intervenção política, das questões do Concelho. -----

Assim, politicamente considera que o que se passou na AM é o sítio indicado para se passar. É na AM que se discute política, quer se goste ou não e, sobretudo política municipal. -----

Relativamente ao enquadramento da intervenção da Colega Deputada Catarina, considera que foi feita no período certo, quanto ao PJ de Assares, talvez se enquadrasse melhor no momento atual. -----

Por outro lado, considera que não pode ser posto em causa o respeito institucional e parece que essa atitude começa a ser um hábito quer do Presidente da AM, quer do Presidente da CM, o que considera mau princípio. -----

Como eleito local e tendo em conta a forma como a carta tem sido falada ao longo da AM, exigiu saber qual é o seu conteúdo. O PJ fez uma intervenção mas não leu a carta, o Presidente da CMVF já a mostrou, mas ninguém conhece, ou pelo menos ele não conhece, o conteúdo da mesma. Perguntou se os Vereadores Municipais tiveram conhecimento da carta. -----

O Presidente da AMVF, manifestou, uma vez mais, as suas desculpas pelo facto de não ter respondido ao *email* do Deputado Pedro Santos, mas quando o recebeu não o viu como uma carta para dar resposta, apenas viu uma sugestão. -----

O Deputado Hernani Teixeira-(PS), disse estar satisfeito por ver tanta gente na audiência e gostaria que assim continuasse. Continuou dizendo que no Distrito de Bragança não deve haver muitas AM com cinco forças políticas representadas. Disse já ter havido muitas Juntas, de diversos partidos, e desde que o PS está no poder nunca viu nenhuma JF do PSD ser discriminada. Aliás, muitas vezes eram as JF do PS que se queixavam de serem esquecidas. Concorde e acha legítimo que o PJ Fernando Passeira peça tudo a que tem direito para a sua Junta, até por uma questão de respeitar os que o elegeram. Contudo, não pode concordar com o facto de na carta ter reivindicado aquilo que considera importante para a sua Freguesia acusando outra Freguesia. É de opinião que Santa Comba da Vilariça não pode ser prejudicada pelo facto do Presidente da CMVF ser de Santa Comba da Vilariça. Tem a certeza que da parte do Presidente da CMVF o que é de Assares e Lodões será para lá que irá, pois é um homem honesto e que respeita o que promete. Talvez seja necessária mais alguma paciência por parte do PJ, pois há situações que não se resolvem de um dia para o outro. -----

Explicou que a obra que estava a ser feita em Santa Comba da Vilariça, era na antiga Casa do Povo, que estava abandonada e que agora foi recuperada. Já lá está a funcionar a Pré- Primária, que acolhe crianças de várias localidades, incluindo Assares e Lodões porque a antiga Escola era bastante longe do refeitório e as crianças tinham que fazer o percurso a pé. -----

Relembrou, a propósito da ideia de que os de Santa Comba querem tudo, que há uma promessa eleitoral, de há muitos anos, que é construir uma Casa Mortuária em Santa Comba da Vilariça, que tem transitado de Orçamento em Orçamento. -----

O Deputado Paulo Praça (PS), falou do Orçamento de Estado de 2016 que, apesar de ainda não ser aquele que os Portugueses merecem, é certamente o possível. Decidiu falar dele para dar duas notas sobre o Poder Democrático Local. As Autarquias Locais voltam a ter um aumento da sua dotação financeira, que ainda não é a suficiente face às necessidades que ajudam a suprir. Por outro lado, quis sublinhar que o novo

2.
A
B

Orçamento de Estado veio repor autonomia ao Poder Local, consagrado na Constituição da República, que este ano celebra os 40 anos. A propósito dessa celebração deixou, novamente, o pedido para que a AM comemore o 25 de Abril, talvez num formato diferente. Disse respeitar muito os princípios da Constituição da República: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Respeita a separação de poderes os Órgãos Locais e seus poderes. A propósito do tema da JF de Assares, tão abordado durante a AM, lembrou, uma vez mais, a ideia de se fazerem AM nas Freguesias e ver o que falta e o que as pessoas têm a dizer. -----

Terminou dizendo que preza muito a distinção entre política e religião. -----

O Presidente da CMVF, referiu que quando disse “eu não tenho que dar satisfações” o deve ter feito num contexto, pois bem sabe que tem de dar satisfações e é por isso que está na AM a dar a cara e a responder às questões. Se o disse, e caso não tenha sido enquadrado num tema como pensa, pede desculpa pelo facto, pois nunca será essa a sua intenção. -----

É de opinião que as relações entre a CMVF e as JF são muito mais do que institucionais, criam-se, também, relações pessoais e o PJ, para si, é um elo fundamental, independentemente do Partido que representa, que liga a população à CM. Tem tido essa ligação e relação forte com a JF de Assares e Lodões, apesar de por vezes poderem não estar de acordo. -----

Sobre o transporte das crianças para o sítio onde comem, é para si um aspeto muito importante e é por isso que se empenha e empenhará para que a nova Escola avance, agregando o Pré-escolar e a Primária. -----

Ao Deputado Artur Pires disse compreender que até o Pai Natal tenha respondido às crianças, como também compreende, desde o início da AM, o porquê das situações estarem a acontecer. -----

Relativamente ao que disse o Deputado Pedro Santos e à forma como se referiu à carta, disse que, apesar de achar que na intervenção do Sr. Fernando Passeira ela foi praticamente lida na sua essência, não tem qualquer problema em lhe dar uma cópia da mesma, apesar de achar que muito provavelmente já a conheça. -----

Ao Deputado Praça, respondeu que relativamente ao aumento financeiro que as Autarquias tiveram, no caso de Vila Flor, traduz-se em 70 mil euros. -----

Sobre a comemoração do “25 de Abril” gostaria que a AM lhe sugerisse formas de o comemorar. A CM tem feito essa comemoração por sua iniciativa, falando apenas com o Presidente da AM e não vê qualquer inconveniente, aliás, até acharia interessante prepará-la em conjunto com toda a AM, ou através da constituição de uma Comissão.--

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), disse ao Presidente da CMVF que quando diz que não tem conhecimento do conteúdo da carta é porque não tem e quando ele diz que lhe pode entregar está equivocado, uma vez que terá mesmo que lhe entregar, pois enquanto eleito local tem esse direito. Reiterou o pedido e disse que se fosse necessário faria o pedido por escrito. Acrescentou que quando perguntou se os Vereadores tinham conhecimento da carta viu o Vereador Pedro Melo a acenar com a cabeça, em sinal de não. Considera que tal situação, também é grave e perguntou se os Vereadores não têm direito de ter conhecimento de uma carta dirigida ao Executivo. -----

O Deputado Joni Ledo (BE), referiu que regra geral as suas ironias não são entendidas, como por exemplo a que fez relativamente ao não cumprimento do regimento da AM e que talvez seja melhor não as fazer. -----

Relativamente ao referido pelo Deputado Paulo Praça lembrou que na sua intervenção havia dito, a propósito do cartaz do BE que entende melhor quando é em tom humorístico e admite que vá mais além do que quando se trata da questão política. Não faria aquele cartaz, mas não tem nada contra ele e acrescentou que para si a liberdade religiosa é, também, uma questão política e foi disso de que falou na sua intervenção. Acerca da sua maneira de estar, disse vir sempre com questões concretas mesmo quando fala de matemática e de questões filosóficas que, para si, também são questões políticas locais e nacionais, pois o desinteresse da população é uma questão política que nos deve preocupar a todos, quer a nível nacional, como localmente.-----

O Presidente da AMVF, referiu que a carta escrita pela União de Freguesia de Assares e Lodões é uma carta dirigida ao Presidente do Município de Vila Flor, portanto não há nada que indique que os Vereadores, ou a AM, tenham que ter conhecimento da mesma. Se quisermos que uma carta dirigida a uma Entidade, na pessoa do Senhor Presidente, seja do conhecimento dos Vereadores devem nela colocar "com conhecimento aos Senhores Vereadores da Oposição". Perante o pedido que o Deputado Pedro Santo faz, considera que ou há um gesto voluntário do Presidente da CMVF para que todos vejam a carta, podendo até, dessa forma, faltar de alguma maneira ao respeito ao Presidente da JF, ou então terá que parar o assunto. -----

O Presidente da CMVF, referiu que quando entregou a carta ao Presidente da AM foi precisamente para ele ver que havia sido dirigida ao Presidente da CMVF. Por si, não há qualquer problema em dar a conhecer a carta, aliás já a entregou na Mesa da AM, desde que o Presidente da JF concorde. Deixa essa decisão nas mãos da AM e do Presidente da JF. Voltou a referir que tinha razão e que a estratégia estava montada, em sua opinião trata-se de um ato político e se não o foi, é o que parece. As intervenções feitas, ou vinham preparadas ou decorrerem a partir da intervenção do PJ, que segundo consta no Regimento quando um Munícipe intervém não tem direito a resposta, isto é, o Presidente da CM responde e o assunto fica por aí. O que se passou não foi isso, a AM foi completamente dominada pelo assunto da carta e sublinhou a ideia de que não tem qualquer problema que a mesma seja do conhecimento de todos. -----

O Presidente da AMVF, considerou a situação muito delicada, pois tem uma carta em mãos que é dirigida ao Presidente da CM e um Membro da AM pede-lhe para que a divulgue. Apenas a poderá divulgar se o Presidente da CMVF o autorizar, bem como o PJ. -----

O Presidente da U.F. de Assares e Lodões, Fernando Passeira, referiu que o que disse na sua intervenção é praticamente o que referiu na carta. Relativamente às questões partidárias disse que sempre se sentou onde quis, sempre deu a sua opinião e nunca teve necessidade de se combinar com ninguém. A sua intervenção é porque se sentem injustiçados e porque não houve qualquer tipo de conversas sobre os assuntos que esclareceu na AM. Tudo o que a JF pediu, mesmo sendo pouco, nunca foi feito e a carta é da sua única e exclusiva responsabilidade, sem partidário. Disse não haver qualquer estratégia montada e que essa estava do lado do Presidente da CMVF, que já trazia a carta e trazia declarações complementares para o ajudar. Sobre a questão da D. Maria do Carmo, acrescentou que nunca recebeu nenhum ofício da JF mas recebeu duas cartas da Senhora e a JF várias vezes lhe colocou, verbalmente, o assunto. -----

O Presidente da AMVF, perguntou ao PJ Fernando Passeira se ele autorizava a divulgação da carta, facto com o qual ele concordou. -----

O Presidente da CMVF, ficou satisfeito por ouvir o PJ Fernando Passeira dizer que, na essência, na sua intervenção disse o que era dito na carta e não tem qualquer problema que a mesma seja divulgada. Não concorda, no entanto, quando ele diz que há tratamento diferente com as Freguesias. Trata as JF da mesma forma e as relações que tem com o PJ de Assares são as mesmas que tem com outros. Existem outros PJ a queixarem-se de vários aspetos, mas a forma de o dizerem é que diferente. -----

O Deputado Paulo Praça (PS), em nome da sua Bancada, disse que foi mencionada por uma pessoa, na qualidade de cidadão, uma carta entre uma JF e o Município de Vila Flor, na pessoa do Presidente da CMVF. Assim, não querem que a carta seja lida e, havendo um pedido formal do Deputado Pedro Santos, que a Mesa deve respeitar, face às dúvidas, entendem que deve ser solicitado um parecer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos para saber se deve, ou não, ser disponibilizada uma cópia da mesma. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), disse ser legítima a posição da Bancada Socialista, mas, independentemente de achar que querem mistificar o assunto da carta, ele tem direito de a receber, quer a leiam ou não. Voltou a referir não ter tido conhecimento da carta e de não saber do seu conteúdo e por tal exige ter conhecimento da mesma. Referiu-se, ainda, ao comentário do PJ de Assares acerca do tratamento diferente que é dado aos PJ por questões partidárias. Considera isso inadmissível e Assares veio dizer que não têm o atendimento que merecem, o respeito que merecem e o mesmo se aplica aos Vereadores da Oposição que, também, não têm conhecimento dos convites dirigidos ao Executivo e não estão presentes por desconhecimento nas ações. Considera que existe falta de diálogo e não consegue aceitar que numa Terra tão pequena como Vila Flor, onde todos se conhecem, onde a relação de proximidade é tão privilegiada, não se discutam frontalmente os assuntos. Disse, ainda, que ao contrário do que pensa o Deputado Joni Ledo, para si, esta é uma AM onde se está a fazer política. -----

O Presidente da CMVF sublinhou que não há e nunca houve qualquer tipo de discriminação política para com a JF de Assares. Disse ter convocado a JF de Assares para lhe dar conhecimento sobre todo o desenrolar do “Cabeço da Mina” e combinaram ir em conjunto a uma reunião à Direção Regional de Cultura do Norte ou na própria casa da D. Isabel Pimentel para discutirem o assunto. A reunião acabou por ser feita na CMVF e não veio ninguém da JF. As obras que são a aspiração de Assares estão todas contempladas em Orçamento e vão ser feitas, portanto não o podem acusar de discriminação. -----

Sobre a carta, disse que a Mesa AM ou a Bancada, pode decidir que a mesma não deve ser lida, mas da sua parte não há qualquer impedimento, ela pode ser lida, publicada e entregue a todos e por tal não se revê nas palavras do Deputado Pedro Santos. -----

O Presidente da U.F. de Assares e Lodões, Fernando Passeira, sobre a reunião que o Presidente da CMVF referiu, disse ter sido avisado na hora, no próprio dia e, como tal, por motivos profissionais não pode estar presente. Se o assunto tivesse sido discutido e tivesse havido resposta, o assunto da AM não seria o da carta. A propósito da discriminação que sentem, referiu ter pedido ao Vice-Presidente para que fossem medir o Campo de Futebol de Assares para poderem fazer a escritura do terreno e até hoje, passados 3/4 meses, ainda não o foram medir. Disse ter pedido uma máquina à CMVF para fazerem uma obra em Assares, no mês de novembro, e apesar de a terem cedido, não terminaram a obra porque parecia haver um outro serviço em Seixo de

Manhoses. Por insistência sua, voltou a pedir que a máquina voltasse para Assares acabar o trabalho. Perguntou o motivo por que a CMVF acaba rapidamente as obras em outras Freguesias e em Assares demoram tanto tempo a terminá-las, dando como exemplo o saneamento de águas pluviais em Lodões. Perguntou o porquê de Lodões não poder ter um Ecoponto e se existe alguma lei que o proíba. -----

Disse não existir mística nenhuma na carta e que o que referiu na sua declaração é mais ou menos o que a carta mencionava. O que pretendem, com uma e outra, é dizer o que sentem e que o Povo de Assares e Lodões também sente dessa forma. -----

O Presidente da JF e Vale Frechoso, José Carmino (PS), considera que os PJ devem estar sempre disponíveis, mesmo quando trabalham. Relativamente à mistificação da carta, disse não compreender o porquê de se continuar a insistir nesse ponto quando o próprio PJ já disse, várias vezes, que a sua declaração tem o mesmo conteúdo. -----

O Presidente da CMVF, considera que a forma como tentou resolver o assunto era a mais correta. Explicou as suas ideias, informou a JF, convocou-os para uma reunião e o que recebeu em troca foi uma carta. Sobre a medição do campo de Assares, informaram-no de que já estava feita e sobre a obra em Lodões o que falta é apenas uma valeta. Informou que o critério de distribuição dos ecopontos é Intermunicipal, a decisão sobre a sua localização é tomada, em conjunto, entre as 13 CM. Informou que irá haver uma candidatura que permitirá abranger mais localidades, mas será noutra fase e será necessário aguardar que a mesma chegue. Em localidades com as mesmas dimensões que Lodões, também não existe ecoponto e por isso não pode concordar que digam que existe discriminação. Trata as JF por igual mas, por vezes, não consegue responder no *timing* que elas pretendem e ao mesmo tempo. -----

O Presidente da AMVF, pergunto se a Mesa da AM deveria enviar a carta para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. -----

O Deputado Paulo Praça (PS), disse que face às dúvidas poderia ser solicitado um parecer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Contudo, se a Mesa da AM entender disponibilizá-la o poderá fazer. -----

O Presidente da CMVF, sublinhou que a carta, nesse momento, estava nas mãos do Presidente da AMVF e que, da sua parte, poderá ser lida e/ou divulgada, caso a JF concorde com tal. -----

RECOMENDAÇÕES OU MOÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO. -----

INTERVENÇÕES DA CMVF. -----

A Deputada Catarina Pizarro de Castro, fez uma recomendação que disse ser importante por ter uma data limite. Informou que a Federação da Renovação da Casa do Douro conseguiu, assim como a Direção Regional da Agricultura do Norte, disponibilidade por parte do Governo para que todo o agricultor que tenha prejuízos nas suas explorações agrícolas possa submeter, até dia 29, uma ficha em que possa quantificar prejuízos dada as intempéries que temos vivido. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO NÚMERO UM -----

EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO. -----

EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES. -----

1
B

O Presidente da AMVF, deu conta do recebimento de um ofício enviado pela CM de Torre de Moncorvo a comunicar as diligências que tomaram face ao parecer desfavorável, por parte do Governo, sobre a instalação do Parque Eólico de Torre de Moncorvo; do Instituto Politécnico de Bragança recebeu um convite para uma reunião com o Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia para estar presente no “laboratório de participação pública”; da DGAL veio um ofício a dar conhecimento à Mesa da AM que o apuramento do endividamento municipal em 31/12/2014 excede face aos limites definidos no artigo 52, da Lei n.º 73/2013 e, apesar de ser um problema já resolvido, o Presidente da CMVF achou por bem chamar o Técnico dos Serviços da Contabilidade da CMVF para explicar a situação. -----

O Técnico Superior- Dr. João Rei, explicou que a Lei n.º 73/2013 veio alterar a definição do endividamento, isto é, para a dívida do Município não conta somente este, como, também, todas as Associação, Empresas e Fundações onde o Município participa. Explicou matematicamente e em termos de cálculos o que é referido no artigo 52 e que a participação do MVF nas “Águas de Trás-os-Montes”, apesar de ser pequena – 0.45%, como a Empresa tem muitas dívidas isso reflete-se nas dívidas da CMVF. Quando os mapas foram entregues à DGAL, por lapso, o valor dessa dívida foi incluído e mais tarde quando os Serviços se aperceberam de tal, pediram uma informação à DGAL sobre se essa Empresa relevava, ou não para a dívida do Município. A DGAL informou que dado tratar-se de uma Empresa que pertence ao setor empresarial do Estado, logo deve ser mantida fora da dívida do Município. Os Serviços procederam à correção dos Mapas e o Município aumentou a sua capacidade de endividamento, aproximadamente, três semanas antes do recebimento do ofício enviado pela DGAL. -----

O Presidente da AMVF, continuou dizendo que recebeu e foi distribuído pelos Deputados o “Relatório de Atividade referente ao ano de 2015 da CPCJ de Vila Flor”; do Ministério da Administração Interna recebeu um agradecimento pelo gesto levado a cabo pela AMVF sobre a Tomada de Posse do Dr. Jorge Gomes. -----
Informou que foi dado conhecimento à AMVF da relação de contratos a que se refere o n.º 3, do artigo 6.º do articulado do Orçamento para 2016; dos pagamentos que a CMVF efetuou até à data de 25/02/2016. -----

Informou, ainda, que tendo em conta o lançamento do novo *site* do Município iria circular pelos Senhores Deputados uma informação onde poderiam autorizar, ou não, a divulgação dos seus contatos nesse servidor. -----

APROVAÇÃO DE ATA. -----

Não havendo nada a referir o Presidente da AMVF colocou-a a votação e foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO. -----

Não houve nada a registar neste ponto. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO NÚMERO 2, ALÍNEA C) DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

O Presidente da CMVF, agradeceu a compreensão dos Deputados pelo envio do documento em cima da hora, mas, por razões pessoais não lhe foi de todo possível

13

enviá-lo mais cedo e disse estar à disposição para responder a questões que lhe queiram colocar. -----

Relata o que de mais importante foi feito desde a última AM e indica, também algumas intenções do Executivo para os próximos meses. -----

Deu a palavra ao Técnico dos Serviços da Contabilidade no sentido de ele fazer uma recomendação aos Senhores Deputados. -----

O Técnico Superior- Dr. João Rei, alertou os Deputados Municipais para a necessidade de entregarem os recibos de vencimento para que os serviços possam proceder ao pagamento das senhas de presença. Pediu que os Deputados, nomeadamente os que façam retenções, façam chegar os recibos à Contabilidade, no final do mês de cada AM. É obrigatório e está previsto na lei a entrega do recibo de vencimento para que a Contabilidade possa pagar atempadamente as senhas. Informou, ainda, que no primeiro pagamento que foi feito das senhas de presença, houve oito transferências recusadas por motivos que se desconhecem. Só em janeiro, após terem sido feitas as reconciliações bancárias, é que os serviços se aperceberam de tal facto e procederam de imediato à resolução da situação. -----

O Deputado Paulo Praça (PS), deu relevância a uma questão focada no relatório e que é de vital importância para investimentos presentes e futuros pela CMVF e que tem a ver com a conclusão da Carta de Reserva Ecológica Nacional. -----

Pediu um esclarecimento sobre uma notícia que viu na comunicação social, em que o Município de Vila Flor e um outro eram responsabilizados pelo abate de Azinheiras e Sobreiros, no âmbito da Barragem do Foz/Tua. Julga que essa não é uma competência municipal e por tal seria interessante que o Executivo a esclarecesse. -----

O Deputado Artur Pires (PSD/CDS), perguntou sobre os cartões da AM e o porquê de ainda não estarem na posse dos Deputados. -----

Pediu um esclarecimento sobre a questão desportiva, nomeadamente da equipa de voleibol que se vai deslocar a Vila Flor. -----

Perguntou sobre a questão do “galheteiro”, do concurso de ideias e sugeriu que desafiasse as crianças para fazerem o logotipo. -----

Mencionou o Desfile de Carnaval pela participação que teve e pelo número considerável de pessoas que assistiram ao mesmo. O tema do desfile era o civismo e, por tal, lamentou que na altura da “queima do entrudo” algumas crianças não pudessem assistir porque o espaço estava ocupado pelos adultos. Sugeriu que o espaço, futuramente, fosse delimitado. -----

O Deputado José Prodêncio (CDU), sobre o relatório disse que está bem, apenas peca por chegar tardiamente. Chamou a atenção para um relatório de obras que deveria constar em anexo e que não faz parte do mesmo. Disse ter a intenção de pedir ao Presidente da CMVF um esclarecimento sobre os projetos que estão candidatados pela CMVF, no âmbito do 2020. -----

Alertou para o Orçamento de Estado que aí vem, sobretudo na questão de estar a andar na direção certa, pois irá devolver aos Municípios muito daquilo a que têm direito, nomeadamente o poder de decidir sobre a isenção de IMI e IMT, a quaisquer edifícios que sejam úteis ao desenvolvimento industrial do Concelho. -----

Questionou o Presidente da CMVF sobre a reunião que teve na CCDRN e se alguma das questões debatidas terá tido a ver com a TAP. Se esse problema foi debatido espera que o Presidente da CMVF tenha tido oportunidade para chamar a atenção do Presidente do CM Porto sobre as declarações que fez. -----

O Deputado André Ferreira (PSD/CDS), perguntou sobre o site e se já estava em funcionamento, uma vez que as atas de Reunião de Câmara não são lá publicadas.-----

Referiu-se aos convites que são dirigidos à CM, da qual fazem parte os Vereadores e o Presidente, mas, no entanto, apenas o Presidente da CMVF se desloca aos eventos. Considera que os Vereadores têm direito de ser informados desses convites e chamados a neles participar. -----

Sobre a questão do ecoponto, em Lodões, pediu para que houvesse algum cuidado na escolha do sítio onde irá ser colocado, caso contrário poderá acontecer como na sua Terra, isto é, ser colocado junto à paragem do autocarro. Considera que a colocação de ecopontos e contentores do lixo deverá ser repensada. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), referiu-se às comemorações do “25 de Abril” e à forma como as considera importantes por tudo o que a data representa. No contributo que o Presidente da CMVF lhes pediu, sugeriu que a data fosse comemorada de uma forma festiva. Não sabe se deverão ser envolvidas as Escolas, mas, é de opinião, que deverá haver um almoço onde todos possam estar sentados à Mesa. Assim, sugere que seja feita uma Sessão Solene, que as senhas da AM sejam pagas e que se sente a AM à volta de uma Mesa. -----

Sobre a Atividade Municipal disse não ter muito a comentar porque não teve tempo para a ler, uma vez que a recebeu há poucas horas. -----

Relembrou uma proposta que fez sobre a criação de uma “Universidade Sénior” e gostaria de saber se foi feito algo sobre o tema. -----

Relativamente à “azeiteira/galheteiro”, de que se fala em todas as sessões e que o Presidente da CMVF já disse ter pedido um desenho, disse ter tido a ousadia de encomendar um estudo e que na próxima AM já o deverá poder trazer, para que o tema não fique apenas no debate de ideias. -----

Sobre a vinda da televisão a várias festas, é de opinião de que, por um lado, é bastante positivo pela parte lúdica dos cidadãos e pelo comércio local. Contudo, na questão concreta de ser um meio de divulgação e dinamização do azeite e vinho, tem algumas dúvidas. Em termos comerciais, tal como foi já referido por uma produtora há, em termos de promoção e dinamização, feiras europeias mais interessantes para a expansão dos produtos locais. -----

Questionou o Presidente da CMVF acerca dos gabinetes que menciona no relatório: Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e Gabinete de Ação Social. -----

Disse ter reparado que a ARU já está formalizada e perguntou da possibilidade de estender a ARU às outras localidades para que os particulares possam retirar dividendos. -----

O Presidente da CMVF, relativamente à intervenção do Deputado Paulo Praça, disse congratular-se com os assuntos que mencionou e da forma como os referiu. Efetivamente, para as Empresas e para o Concelho a aprovação da REN e da RAN é fundamental. Sobre o abate das Azinheiras e Sobreiros, informou de que não é possível fazer-se um trabalho deixando tanto material vegetal lá dentro. Foi pedido um parecer às CM, mas o parecer final é emitido pela APA. Aliás, teve o prazer de participar numa visita e verificar o trabalho feito nas margens da albufeira, onde estavam, também, presentes ambientalistas e representantes da APA. Considera que o mais importante serão as medidas de compensação pelo abate de Azinheiras e Sobreiros e foi por isso que o Concelho de Vila Flor beneficiou de plantações feitas no “Monte de Faro” e mais irão ser feitas nesse espaço. -----

Ao Deputado Artur Pires, explicou que pensava que os cartões já estavam todos distribuídos e que irá tentar, rapidamente, resolver o problema.-----

Sobre o desporto, esclareceu que a CMVF celebrou um protocolo com a Federação Portuguesa de Voleibol que compreende três atividades: estágio da Seleção Nacional - Masculina, durante três semanas; realização da Final da Taça de Portugal - Feminina; Encontro Regional de *Girabol* e promoção de Vila Flor através de um filme que a Seleção fez. -----

Acerca do “galheteiro”, informou que o Gabinete de Design que está a trabalhar na ideia, o está a fazer de forma a criar uma identidade a Vila Flor, isto é, o Concelho precisa de saber se se identifica, ou não, com o azeite. Apresentou/mostrou a ideia do “galheteiro” que o criativo lhe havia apresentado. Essa ideia tanto servirá para, por exemplo, ser um galheteiro de mesa, como um galheteiro para estar numa Praça ou como um logotipo e servirá para construir várias outras peças, mas sempre com a base do azeite, do galheteiro e de Vila Flor. -----

Relativamente ao Carnaval, disse haver várias Instituições envolvidas na atividade: Agrupamento de Escolas, a Santa Casa da Misericórdia, os Bombeiros, a GNR e a CMVF e considera que tudo o que corre bem é apropriado por uns e o que corre mal sobra sempre para os outros. É de opinião que o Carnaval deveria ser preparado em conjunto e deveria ser planeado por todas as Entidades para que tal não acontecesse. Portanto a crítica que fez o Deputado Artur Pires não pode ser apontada apenas a uma das partes, mas a todos os que participam na atividade. -----

Sobre o anexo referido pelo Deputado José Prodêncio, reconhece que foi um lapso. Disse vir preparado para falar sobre várias obras, mas tendo em conta o adiantado da hora talvez não o possa fazer como planeado. Referiu-se ao projeto da Praça da República como sendo algo que está a ser elaborado com muito cuidado, uma vez que se trata de um projeto repensado. Quem elaborar esse projeto terá que manter a Fonte no sítio, a Estátua da Rainha, a iluminação e quase todas as árvores. Não será possível fazer uma rua com dois sentidos ou diferentes ângulos de viragem, mantendo todas as árvores. Explicou a ideia para a circulação de pessoas, o estacionamento e a ligação à Igreja Matriz. Tem a ideia de, logo que o projeto esteja pronto, convocar uma sessão pública, onde toda a população possa participar e onde o Arquiteto possa divulgar a ideia e responder a questões. Disse saber que não irá ser fácil a aceitação da mudança da Praça por parte das pessoas, mas está preparado e considera que essa mudança será benéfica para o encontro das pessoas, para o comércio e para o passeio das famílias com os seus filhos. -----

Relativamente ao IMI e ao IMT, quando sair o diploma, a CMVF lá estará, como sempre, na linha da frente a pensar nos Municípios. -----

Explicou que na reunião que teve na CCDRN, um dos assuntos era efetivamente a TAP e as suas rotas. O assunto não é pacífico, porque se trata de um assunto político. Não se pode por um lado dizer que se quer privatizar a TAP e depois, por outro lado, dizer que se quer “a rota a passar à nossa porta”. O que o Governo conseguiu foi 55% do capital e decisão, mas disse que a gestão seria dos privados. Alguns dos convidados a estarem presentes na reunião, por não pertencerem ao Conselho, como por exemplo a CM do Porto, a CM da Maia e a CM de Matosinhos, manifestaram um interesse pela questão de acordo com a distância a que estavam do aeroporto e há uns meses atrás alguns estavam de acordo com a privatização da TAP. A decisão não é fácil porque engloba duas situações muito distintas: 1- a TAP continua a ser uma empresa de

FB

bandeira e continua a prestar um serviço público, de acordo com os interesses da Região, o que tem custos elevados pois os privados não querem que a TAP seja essa empresa de bandeira; 2- ser uma empresa privada, com rota para Lisboa e de lá saírem as grandes rotas para a Europa e para o Mundo. -----

Informou, ainda, que sobre essa matéria que o Presidente da CIM deu uma lição, sobre solidariedade ao Presidente da CM Porto, tendo em conta as afirmações e declarações que o mesmo havia feito. O aeroporto dirá mais à grande área metropolitana do Porto, mas eles sozinhos não conseguirão nada, precisam de todas as outras CM da Região por mais pequenas que elas sejam, a estratégia terá que ser Regional. -----

Ao Deputado André Ferreira, explicou que quando mandam um convite ao Presidente da CMVF ele tem nome e não vai em nome de ninguém. Não pode obrigar as Instituições ou outros, a convidarem todo o Executivo. -----

Explicou que a localização dos contentores e dos Ecopontos não depende exclusivamente da CM ou da JF, depende, também, da Empresa "Resíduos do Nordeste" por ter que ficar na rota. -----

Partilhou que gostaria que as comemorações do "25 de Abril" fossem tratadas entre todos. No entanto, considera que o pagamento de senhas de presença não será o mais importante. -----

Sobre a vinda da televisão, concordou com o Deputado Pedro Santos sobre o facto de se tentar levar o Concelho o mais além possível. Disse ter receio que o tempo não ajude na concretização do evento e apelou à participação dos Deputados no evento. Concorda com a participação em feiras dentro e fora do país e a sua postura nas reuniões da CIM é, precisamente, a de incentivar a essa participação. Em sua opinião dever-se-ia participar em duas feiras: na Alfândega do Porto e em Lisboa. -----

Relativamente aos gabinetes criados, explicou que o Gabinete de Ação Social é constituído por uma Assistente Social, Socióloga e Psicóloga e já desenvolveu várias atividades que poderão consultar no *site* da CMVF. O Gabinete ao Empreendedorismo é constituído por um Engenheiro Zootécnico, um Engenheiro Florestal e um Engenheiro Agrícola que trabalharão em conjunto com o GIP (Gabinete de Inserção profissional). -----

No que concerne à ARU, discorda do Deputado Pedro Santos, porque a ARU está prevista para que haja regeneração urbana e não para que se retirem dividendos particulares através dela. Existe a possibilidade de se candidatarem a fundos comunitários e os privados poderem daí retirar alguns dividendos, mas esse não é o objetivo principal. A CMVF para submeter uma área, terá que fazer prova no Plano de Regeneração Urbana sobre o porquê de propor uma intervenção em determinada zona. -----

O Deputado José Prodêncio (CDU), referindo-se, novamente, à Praça da República perguntou o porquê de não ser permitido o estacionamento entre as duas farmácias, pois tal opção iria permitir mais lugares para estacionamento. -----

Referiu-se à iniciativa que iria acontecer no dia seguinte à realização da AM, na qual não poderá estar presente porque estará em Vila Real, nos exames da Ordem dos Contabilistas Certificados. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), deixou uma palavra de regozijo pela ideia apresentada pelo presidente da CMVF relativamente ao "galheteiro". A sua mensagem e conceito era essa e parece-lhe que pode ser um bom negócio. Aproveitou para

partilhar a ideia que tinha encomendado relativamente a esse assunto e contou uma história pessoal que comprova que, efetivamente, as pessoas ligam Vila Flor ao azeite. A ideia que tinha encomendado a uma Arquiteta, passava por associar uma das entradas de Vila Flor, como se tratasse de “uma porta da vila” a esse conceito. Por outro lado acharia interessante que o edifício do Mercado Municipal fosse dinamizado e se tornasse atrativo, em termos comerciais. Assim, seria interessante que esse espaço tivesse “uma pele” associada a essa imagem ou à evolução que a mesma pudesse ter. -----

Quanto à discussão “Porto e Norte” e disse-o dessa forma porque na CIM-TTM é dada essa designação e porque o Norte funciona quando o Porto precisa da solidariedade, mas quando se trata de louros e outros benefícios, é só o Porto e poucos Concelhos à sua volta contam. Em sua opinião é importante defender essa associação sem que ela seja dissociada quando alguns o entendem. O Porto não tem uma atitude de solidariedade, no que toca ao seu turismo, em relação ao resto do Norte e dissocia-se dele quando não precisa. -----

Referiu-se, ainda, à entrevista dada pelo Presidente da CM do Porto, Rui Moreira sobre a sua posição acerca da TAP onde achou que o Jornalista não teve uma atitude muito correta, pois várias vezes se referiu a várias “TAP” e apenas conhece uma, que vai passar a deter 50% de capitais públicos, assumindo a totalidade do passivo. O negócio da TAP, para o Governo, traduz-se em querer recuperar o que falta para os 50 %, assumir a totalidade do passivo, dar-lhes o dinheiro e deixar que eles continuem a mandar, o que para si é perverso. Se a TAP for privada, caberá a si a gestão das rotas, mas se a TAP detiver dinheiro de todos os contribuintes, ela terá que prestar um serviço público e, em sua opinião, as rotas que estão a ser retiradas são importantes, pois os aviões estão sempre cheios e não representam um custo elevado para a Empresa. -----

Relativamente à regeneração urbana, referiu não querer dizer que a mesma significava uma forma de as pessoas pouparem uns trocos, apenas considera que nas aldeias há património que deveria ser requalificado e por tal a regeneração urbana e o seu conceito, poder-se-ia aplicar e adequar às aldeias. -----

O Presidente da CMVF, partilhou ter dado nesse mesmo dia uma entrevista para a “Rádio Brigantia” cujo objetivo era falar sobre os Mercados Municipais. Na entrevista acabou por falar sobre o Mercado, sobre a Praça da República e a “Casa de Artes Graças Morais”, por tudo estar envolto numa estratégia de regeneração, de renovação e revitalização do centro de Vila Flor. A Praça da República é um espaço público, de encontro, onde as famílias devem ir para dinamizar o comércio e ser aproveitada para o aparecimento de novas iniciativas. A “Casa de Artes Graças Morais” é um projeto antigo que tem a ver com pintura, escultura, música, cinema, artes gráficas, escrita e variadíssimas artes porque há pessoas do Concelho de Vila Flor relacionadas com elas, tais como: Graça Morais, Pedro Caldeira Cabral (filho adotivo), Tino Navarro, Modesto Navarro, entre outros. Pretende-se chamar a juventude àquela casa, criar ateliês e fazer com que seja um lugar onde se aprenda. Para o Mercado Municipal, estrutura com 27 anos, pensa que a sua revitalização poderá ser fundamental para o centro de Vila Flor. A sua requalificação interior e exterior, está pensada à volta da imagem que mostrou anteriormente, para que o azeite e todos os outros produtos do Concelho possam ser vendidos. Pensou-se, ainda, em criar espaços para divulgação e promoção

para se responder a propostas de novos produtores e produtos. Pretende-se incentivar os jovens para que lá se instalem e que seja um local de encontro. -----

Relativamente à TAP disse ter muitas dúvidas que os défices imputados às rotas do Porto sejam reais porque ela não está sozinha, são duas empresas: é a TAP e a Portugália, uma tem lucros e a outra tem dívidas. Há, em sua opinião, uma estratégia de desvalorização do “Aeroporto Sá Carneiro” que ultrapassa a questão de rotas e companhias.-----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

INDICAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR, PREFERENCIALMENTE COM CONHECIMENTOS PARA INTERVIR NA ÁREA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO, A FIM DE INTEGRAR A CPCJ DE VILA FLOR.-----

O Presidente da AMVF, informou que tendo em conta a informação dada pela CPCJ de Vila Flor, e pelo próprio Membro, haverá necessidade de se proceder à sua substituição. Por tal, recebeu uma proposta, da Bancada do PS, para que José Teixeira de Almeida – Presidente da União de Freguesias de Nabo e Vila Flor, integre a Comissão de Crianças e Jovens de Vila Flor. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Quatro foi aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da AMVF, a respeito da AM, disse ter ficado claro a quantidade de projetos e ideias que o Presidente da CMVF e o Executivo, têm para Vila Flor. Espera que não passem de projetos, pois eles necessitarão do apoio de Portugal e da Europa e serão progressos que irão alterar a paisagem do Concelho e da Vila. Felicitou o trabalho feito pela CMVF, nos últimos anos, pois tem havido trabalho sério e por vezes até a mais, pois o Presidente da CMVF já não vai de férias há cinco anos.-----

Informou, ainda, que a Deputada Berta Carvalho lhe havia deixado uma mensagem onde o informava que lhe seria impossível estar até ao final dos trabalhos da AM, por ter um compromisso e pedia que avisasse a AM de tal facto. -----

O Presidente da CMVF, pediu para falar e deu conhecimento de dois eventos: apresentação do livro do Professor Fernando Calado e do Dr. Moita Flores. Pediu a colaboração e participação de todos no evento que iria acontecer no dia seguinte, no âmbito dos festejos da “Amendoeira em Flôr”. Sobre o site de Vila Flor disse estar online, com uma nova imagem e novos conteúdos. -----

Nada mais havendo a declarar, o Presidente AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

Presidente da Mesa _____

1.º Secretário _____

2.º Secretário _____